

Regionalismo e Integração Regional na América do Sul: uma discussão sobre as dificuldades e divergências ideológicas (2000-2016)

Regionalism and Regional Integration in South America: A discussion on the difficulties and ideological divergences (2000-2016)

Regionalismo e integración regional en América del Sur: una discusión sobre las dificultades y divergencias ideológicas (2000-2016)

Higor Ferreira Brigola

<https://orcid.org/0000-0001-5282-2741>

higorbrigola@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, Brasil

Resumo: Este artigo analisa o processo de integração regional na América do Sul e discute as principais dificuldades e obstáculos até 2016. No decorrer dos anos 2000, com a chamada Onda Rosa, ocorreu a ascensão de diversos governos de esquerda e centro-esquerda na região, os quais se dedicaram à formalização de iniciativas de integração regional para projetar a América do Sul como um polo de poder no cenário internacional. Contudo, essas iniciativas não eram homogêneas no tocante aos seus aspectos ideológicos, gerando certos contrastes entre as mesmas. Ainda com o declínio dos governos de esquerda e centro-esquerda na região, no período entre 2011 e 2016, as iniciativas se enfraqueceram gradativamente, ocorrendo um revés na integração regional no subcontinente.

Palavras Chave: Iniciativas Regionais, Região, Antagonismo.

Abstract: This paper analyzes the regional integration process in South America and discusses the main difficulties and obstacles until 2016. During the 2000s, with the so-called Pink Tide, there was the rise of several left-wing and center-left governments in the region, which were dedicated to formalizing regional integration initiatives to project South America as a center of power in the international scene. However, these initiatives were not homogeneous in their ideological aspects, generating some contrasts between them. Also, with the decline of the left-wing and center-left governments in the region between 2011 and 2016, the initiatives gradually weakened, causing a setback to regional integration in the subcontinent.

Keywords: Regional Initiatives, Region, Antagonism.

Resumen: Este artículo busca analizar la integración regional en América del Sur y discutir las principales dificultades y obstáculos en este proceso hasta 2016. En el

discurrir de los años 2000, con la llamada Marea Rosa, ocurrió la ascensión de diversos gobiernos de izquierda y centroizquierda de la región, los cuales se dedicaron a formalizar iniciativas de integración regional para proyectar a América del Sur como un polo de poder en el escenario internacional. Sin embargo, estas iniciativas no fueron homogéneas en cuanto a sus aspectos ideológicos, generando ciertos contrastes entre ellas. Todavía con el declive de los gobiernos de izquierda y centroizquierda en la región, en el período entre 2011 y 2016, las iniciativas pasaron a debilitar gradualmente, ocurriendo al revés a la integración regional en el subcontinente.

Palabras clave: Iniciativas Regionales, Región, Antagonismo.

INTRODUÇÃO

Durante a maior parte da Guerra Fria (1945-1991), o continente sul-americano teve uma agenda externa alinhada aos EUA, salvo em alguns episódios. Com a chegada dos anos 1990, a sub-região foi imersa na ideia do neoliberalismo, seguindo os ditames do *Consenso de Washington*¹ – embora a resistência à formalização da ALCA (Área de livre Comércio das Américas) tenha sido forte, principalmente pelo governo brasileiro.

Com a virada do século XX para o século XXI, a América do Sul passou por uma reorganização ideológica a partir da ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda que questionavam o viés das ideias neoliberais, assim como o posicionamento hegemônico dos EUA na região. Este episódio ficou conhecido como a “Onda Rosa”².

As políticas externas desses países, além de sofrerem uma revisão de seu relacionamento com Washington, passaram a buscar maior autonomia em suas relações, o que resultou em novas parcerias no cenário internacional e, principalmente, uma posição de forte caráter regional, tentando transformar a América do Sul em um bloco de poder consolidado (Veiga & Ríos, 2007). Esses governos tiveram como diretrizes principais, no campo interno, o desenvolvimento social e a diminuição da pobreza, formalizando políticas de renda e de inclusão social; além de uma forte presença do Estado na economia, sobretudo no controle de seus recursos naturais, ocorrendo um protagonismo das empresas estatais nos setores extrativistas e uma minimização dos debates sobre os impactos ambientais, fato que Eduardo Gudynas (2012) classificou como neoextrativismo. Já no campo externo, a busca pela autonomia ficou marcada pela contrariedade à ALCA, em 2005, e também pela aproximação de países que são potenciais competidores à hegemonia estadunidense na região, casos de Rússia e China.

É possível classificar os países governados por regimes progressistas em duas vertentes, os revolucionários, que apresentaram “uma atuação política marcada pelo confronto com o imperialismo estadunidense e com as elites domésticas”, caso de Venezuela e Bolívia

1 O Consenso de Washington foi o nome dado a uma reunião ocorrida no ano de 1989, na capital dos EUA, na qual participaram o governo estadunidense e representantes de órgãos financeiros como o FMI e o BID. O objetivo do encontro foi discutir a implementação de reformas econômicas de cunho neoliberal nos países da América Latina.

2 O processo da chamada Onda Rosa se iniciou com a eleição, em 1998, de Hugo Chávez na Venezuela. Coincidentemente, sua reeleição, em 2006, fechou um ciclo de “triunfo da esquerda” na região, abrangendo Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Peru e Equador (Gazzola, 2018, n.p).

(Fuser, 2018, p. 82); e o grupo dos neodesenvolvimentistas, como o Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, os quais estruturaram suas políticas “a partir de alguma ideia de conciliação de classes. Em política externa, são mais pragmáticos na relação com as potências ocidentais, em especial com os EUA. Em lugar do socialismo, propõem-se a melhorar o sistema vigente” (Fuser, 2018, p. 82).

Este cenário de regionalismo e autonomia na América do Sul foi a base para o surgimento de diversas iniciativas de integração regional. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo, discutir as dificuldades da integração regional na América do Sul, focando nas divergências ideológicas entre as iniciativas que surgiram após os anos 2000, sendo respectivamente, a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas), a Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e a Aliança do Pacífico.

Este artigo aborda primeiramente o fortalecimento do regionalismo na América do Sul – chamado de pós-liberal – e os projetos de integração desenvolvidos durante este período, tendo como principal força motriz a ascensão dos governos progressistas de esquerda e centro-esquerda na região³. Na segunda parte, são discutidos os principais obstáculos para a integração da América do Sul como um bloco de poder consolidado. O recorte temporal abrange o período de 2000 a 2016, tendo em vista que entre o ano de 2011 e 2016, a Onda Rosa e o Regionalismo pós-liberal passaram a se enfraquecer devido a vários eventos, como a morte de Hugo Chávez na Venezuela (2013), a ascensão de Maurício Macri na Argentina (2015) e Michel Temer no Brasil (2016).

REGIONALISMO E A GEOPOLÍTICA DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL NO SÉCULO XXI

O fim da Guerra Fria e da polarização de mundo Leste-Oeste tornou o modelo capitalista-liberal um modelo de produção predominante. O avanço da multipolaridade econômica e à adoção das medidas neoliberais estabelecidas pelo Consenso de Washington, contribuíram para o ressurgimento do regionalismo no sistema internacional.

Sobre essa questão, é importante destacar o regionalismo como uma estratégia de integração entre países para se projetarem com mais arbítrio no sistema internacional. Birle (2018), citando Börzel e Risse⁴, frisa que o regionalismo é entendido como um processo liderado principalmente pelos Estados e seus governos para construir e sustentar instituições e organizações regionais formais. Para Lima e Coutinho:

O regionalismo é, nesse sentido, uma postura reativa, entregue à necessidade de se tornar mais competitivo justamente num momento em que diminui a capacidade dos Estados de individualmente formularem políticas e regularem os mercados (Lima & Coutinho, 2005, p. 3).

3 É importante frisar que o artigo, embora enfatize as iniciativas pós-2000, não deixa de mencionar as iniciativas formalizadas anteriormente a este período.

4 “El regionalismo es entendido como un proceso liderado principalmente por los Estados y sus gobiernos para construir y sostener instituciones y organizaciones regionales formales” (Börzel & Risse, 2016, p. 7 in Birle, 2018, p. 248).

Como o sistema internacional é marcado por uma assimetria de poder entre os países que o compõe, seja ela política, econômica ou militar, o regionalismo surge como um meio de alcançar uma maior projeção geopolítica dos países de uma mesma região, por meio da promoção de diretrizes e objetivos comuns a partir da formalização de iniciativas de integração regional. O recorte regional de uma iniciativa de integração pode ser variável, no caso da América, pode se estender ao continente americano em sua totalidade, ou abranger uma porção do mesmo, como a América Latina ou apenas a América do Sul.

Ainda seguindo o pensamento de Lima e Coutinho (2005), os anos 1990 marcaram a ascensão do chamado Novo Regionalismo, o qual foi “associado à queda do socialismo e à adoção generalizada da agenda neoliberal a partir do assim chamado Consenso de Washington” (Lima & Coutinho, 2005, p. 3), e pautado na formação de áreas de livre comércio, união aduaneira, ou integração monetária.

As mudanças estruturais no sistema internacional, a partir do início do século XXI, exerceram uma grande influência no contexto geopolítico da América do Sul. Partindo de uma visão macro, os atentados às torres do *World Trade Center* de Nova York, em 2001, foram responsáveis pela reorientação da política externa dos EUA com foco no Oriente Médio, deixando certo vácuo de poder na América do Sul, e internamente, o desprestígio aos governos neoliberais dos anos 1990, favoreceu a ascensão dos governos de orientação à esquerda e centro-esquerda na região. Esses governos contribuíram para a adoção de outro regionalismo e, na maioria dos países, de um nacionalismo econômico em detrimento ao Novo Regionalismo, também conhecido como Regionalismo Aberto⁵.

Esse regionalismo em ascensão ficou conhecido por Regionalismo pós-liberal (Veiga & Ríos, 2007). Em países como Brasil, Argentina, Bolívia e Venezuela, a superação das ideias neoliberais foram claras, com maior ênfase nos dois últimos, contudo, nem todos os países aderiram a esta postura, como a Colômbia.

O Regionalismo pós-liberal que passou a fazer parte da maioria dos países sul-americanos foi classificado por Riggiozzi e Grugel (2015) como Integração pós-hegemônica. Em suma, a ideia de Regionalismo pós-liberal possui uma conotação econômica, enquanto a ideia de Integração pós-hegemônica possui uma conotação política, podendo ser compreendido em ambas as classificações uma visão crítica à postura estadunidense para com a América do Sul, a primeira relacionada aos baixos resultados das medidas liberais na economia determinadas pelo Consenso de Washington, e a segunda relacionada a influência geopolítica exercida pelos EUA na região.

Este novo pensamento regional foi:

[...] moldado pela mudança da geopolítica das Américas. O declínio relativo dos Estados Unidos e o fato de Washington se concentrar em preocupações domésticas e crises internacionais fora do hemisfério, combinados com os dilemas da política externa do Brasil, significam que não há hegemonia regional incontestável (Riggiozzi & Grugel, 2015, p. 782 *apud* Luigi, 2016, p. 82).

5 O Regionalismo Aberto foi um conceito desenvolvido pela Cepal nos anos 1990, caracterizado pela liberação ou livre circulação do comércio. Essa visão de regionalismo estava diretamente relacionada ao cenário econômico embasado nas propostas neoliberais, derivada do Consenso de Washington (Teixeira & Desiderá Neto, 2012).

É possível afirmar que o Regionalismo pós-liberal (ou Integração pós-hegemônica) fez um resgate do pensamento regional defendido pela Cepal nos anos 1950, chamado de Regionalismo Desenvolvimentista, no qual a industrialização e o fortalecimento econômico contra a vulnerabilidade externa eram primordiais, objetivos que poderiam ser alcançados por meio da integração econômica da região (Teixeira & Desiderá Neto, 2012). O intuito do pensamento cepalino, no período destacado, visava “fortalecer um grupo de economias periféricas e promover sua inserção na economia mundial, de forma a preservar a autonomia de seus Estados nacionais, na condução do processo de desenvolvimento econômico” (Teixeira & Desiderá Neto, 2012, p. 15, tradução nossa⁶).

A América do Sul já havia experimentado diferentes blocos de integração, sendo eles: a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre-Comércio), criada em 1960 e substituída pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), em 1980; o Pacto Andino, criado em 1969, o qual, na década de 1990 passou a se chamar CAN (Comunidade Andina das Nações); e o Mercosul, formalizado em 1991. As iniciativas regionais que vieram a se formar com a chegada dos anos 2000, em sua maioria, foram embasadas no Regionalismo pós-Liberal⁷, e passaram a questionar as agendas de viés exclusivamente comercial, expandindo suas atividades ao espaço político/diplomático, infra estrutural e de segurança (Veiga & Ríos, 2007).

Pecequillo (2013) afirma que essas novas agendas, demonstraram um desalinhamento em relação a Washington e tinham como objetivo uma maior autonomia em suas ações no cenário internacional, além de fortalecer uma cooperação intrarregional e global, em especial no parâmetro Sul-Sul, e não exclusivamente Norte-Sul.

O primeiro passo dado para a integração dos países da América do Sul foi a proposta brasileira do lançamento da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), criada na 1ª *Reunião de Presidentes da América do Sul*, em Brasília, no ano de 2000. De acordo com Vitte, a IIRSA se resumia em:

[...] uma tentativa de integração dos meios de transportes, fontes de energia e redes de telecomunicações, visando organizar o espaço do subcontinente. A partir de um plano de integração elaborado pelo BID (Banco Internacional de Desenvolvimento) foram apontados os principais problemas que inibem o comércio na América do Sul e feitas propostas para otimizar as trocas internacionais, tendo como referência os chamados eixos de integração e desenvolvimento, recortados considerando os maiores fluxos de intercâmbios e as potencialidades econômicas a serem desenvolvidas (Vitte, 2006, p. 34).

Porém, mesmo sem objetivos tão ambiciosos, a proposta da IIRSA abriu caminho para outros projetos de integração regional que viriam a surgir nos anos 2000.

6 [...] para fortalecer un grupo de economías periféricas y promover su inserción en la economía mundial, con el fin de preservar a autonomía de sus Estados nacionales en la realización del proceso de desarrollo económico (Teixeira & Desiderá Neto, 2014, p. 15).

7 A Aliança do Pacífico foi uma exceção ao viés pós-liberal.

No ano de 2001, na 3ª *Cúpula de Chefes de Estados e de Governos da Associação de Estados do Caribe*, na Venezuela, surgiu, sob os auspícios ideológicos do presidente Hugo Chávez, a ideia da formalização da Alba. Porém, o bloco foi instituído apenas em 2004, após a assinatura do acordo entre Venezuela e Cuba, em Havana, no dia 14 de dezembro de 2004. No ano de 2006, durante a 3ª *Cúpula da Alba*, a Bolívia aderiu ao bloco após a assinatura de um acordo de complementação chamado de *Tratado de Comercio de los Pueblos* (TCP), sigla que foi adotada pelo nome do bloco a partir da 6ª *Cúpula da Alba*, em 2009, na qual ele foi rebatizado de Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, passando-se a utilizar a sigla Alba-TCP.

O bloco bolivariano, embora tenha sido idealizado por um país sul-americano, não estava restrito a América do Sul, tendo a participação também de diversos países da América Central e Caribe. Além de Venezuela, Cuba e Bolívia, a Alba contava com os seguintes países membros: Nicarágua, Comunidade da Dominica, Honduras, São Vicente e Granadinas, Equador, Antígua e Barbuda, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, e Granada.

A Alba trazia consigo ideais de transformação das sociedades latino-americanas, buscando combater a pobreza e a desigualdade social por meio da integração econômica. A ideologia de condução do bloco partia do princípio de defesa de uma efetiva participação do Estado como regulador e coordenador das atividades econômicas (Alba, 2004). Com a alcunha de “Socialismo do Século XXI”, a política externa de Chávez tinha como objetivo “a promoção de um mundo multipolar; o fortalecimento da cooperação sul-sul; e a promoção do ideal bolivariano de integração” (Briceño-Ruiz, 2010, p. 79). O modelo bolivariano de integração adotado por Chávez na formulação da Alba possuía características aos moldes socialistas, com viés populista e anti-hegemônico, sendo, conseqüentemente, antiestadunidense (Sierra, 2017).

Chávez almejava um revisionismo nas relações com os EUA, de modo a confrontar os interesses da potência do Norte na América Latina, as compreendendo como imperialistas. A adesão da agenda neoliberal proporcionada pelo governo estadunidense não era vista como algo que traria ganhos mútuos, pois beneficiaria apenas os EUA em detrimento do desenvolvimento dos países latino-americanos. Por conta do maior poder econômico estadunidense e sua maior competitividade comercial, as relações hemisféricas assimétricas se perpetuariam.

Sendo assim:

Os países que integram o bloco afirmam uma crítica à globalização neoliberal, e querem o direito à autodeterminação e soberania nacional inclusive no campo econômico. O conceito de *grannacional*⁸ utilizado pelo tratado da Alba segue fundamentos históricos e geopolíticos, socioeconômicos e ideológicos. [...] a Alba traz em seu discurso e em algumas ações preocupações de âmbito social, se descolando do aspecto meramente econômico (Schenegoski & Albuquerque, 2014, p. 77).

8 Nos documentos oficiais, este conceito se fundamenta nos preceitos de união geopolítica da América Latina, a partir da concepção de ‘Pátria Grande’ (Pedroso, 2014, p. 99). Na concepção econômica, “designa empresas idealmente formadas por dois ou mais países da região que, diferentemente das empresas transnacionais, não visam a acumulação de capital, mas o bem-estar social (Schenegoski & Albuquerque, 2014, p. 71).

Neste sentido, os objetivos estabelecidos pela iniciativa da Alba, visavam a uma integração regional altamente ideológica, flertando com ideias socialistas, se opondo aos modelos neoliberais encabeçados por Washington e acusando os EUA de serem um país imperialista na América Latina. Entre as propostas do bloco, estão o fortalecimento do Estado na economia, por meio de políticas de estatizações ao invés de privatizações – sobretudo na área energética, a formação de um banco regional e a tentativa de adoção de uma moeda comum. Em termos gerais, a Alba almejava prosperidades para além da agenda econômica em suas diretrizes, alcançando também um crescimento social dos países membros.

No ano de 2004 ocorreu a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), da qual originou-se a Unasul, em 2008. Esta contava com a participação de todos os países sul-americanos, com exceção da Guiana Francesa – que é um departamento ultramarino francês – e tinha o intuito de formalizar uma iniciativa que projetasse a América do Sul como um polo de poder regional e autônomo. De acordo com Nery (2016, p. 67):

A Unasul tem um perfil diferente das outras iniciativas e se aproxima mais de um instrumento de governança regional do que dos padrões clássicos de integração, [...] enfatiza a autonomia política regional e a necessidade de projetar geopoliticamente a América do Sul.

A Unasul não buscava “alcançar um bloco comercial coerente no curto prazo, mas ampliar as possibilidades nas áreas de infraestrutura, investimentos e energia, além de outras possíveis, como segurança e defesa, políticas sociais, educação e saúde” (Simões, 2011, p. 49).

Cabe destacar que a segurança e a defesa estão entre os temas de primordial importância na Unasul, sendo criado no ano de 2008 o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Entre os objetivos gerais do CDS publicados no documento *Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR*, constam: a) consolidar a América do Sul como uma zona de paz; b) construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, levando em conta as características sub-regionais e nacionais; e c) gerar consensos para o fortalecimento da cooperação regional em matéria de defesa (Unasur, 2008).

A criação da Unasul mostrou claramente o desejo da maioria dos países sul-americanos de além de se projetarem como um polo de poder no cenário internacional, garantirem uma maior autonomia frente aos EUA, priorizando este organismo ao invés da Organização dos Estados Americanos (OEA) quanto se tratasse da resolução de assuntos regionais. Este fato ficou evidente no ano de 2009, quando o governo dos EUA tentou formalizar com o governo da Colômbia um acordo militar que garantiria o uso de sete bases colombianas pelos militares estadunidenses. A possível assinatura do acordo desagradou a maioria dos países sul-americanos, por ser compreendido como uma potencial ameaça à soberania dos países da América do Sul. O assunto foi levado à discussão em várias reuniões da Unasul, contudo, em 2010 o acordo foi rejeitado pela própria Corte Constitucional da Colômbia, sendo a decisão acatada pelo governo colombiano e o acordo foi congelado.

Por sua vez, a Unasul contou com divergências ideológicas entre seus países membros, sobretudo com relação à posição dos EUA na região. Como demonstra Nery (2016, p. 59), para alguns países, a Unasul é um “lugar de resistência frente ao poder dos Estados Unidos, para outros, trata-se apenas de um foro multilateral de ação coordenada”.

Entre as diferentes iniciativas de integração na América do Sul que surgiram após os anos 2000, no início da segunda década do século XXI, mais precisamente em 2011, consolidou-se uma nova proposta de integração que, assim como a Alba, não se limitaria ao continente sul-americano. Batizada de Aliança do Pacífico, contando com o Chile, Colômbia e Peru, da América do Sul, e o México, da América do Norte, a proposta, embora tenha sido feita em 2011, somente foi formalizada após a ratificação do *Acuerdo Marco*, em 2012, entrando em vigor apenas em 2015 (Ortiz Morales, 2017).

Diferentemente dos blocos de integração abordados anteriormente – como a Alba e a Unasul, a Aliança do Pacífico estava ancorada no modelo de regionalismo liberal, privilegiando o âmbito econômico e comercial (Muñoz, 2012). O bloco visava à criação de uma zona de livre comércio entre os países membros, desenvolvendo políticas para a facilitação comercial e assuntos aduaneiros (Alianza del Pacífico, 2012). Muñoz (2012, p. 715) afirma que a Aliança do Pacífico buscava “garantir a autonomia das políticas comerciais estatais, para que cada país possa celebrar acordos de livre comércio – em geral bilaterais – sobretudo com países mais desenvolvidos”.

Padula contribui alegando que:

Os países da Aliança do Pacífico são economias abertas que vêm firmando unilateralmente TLCs com EUA, países da Ásia (incluindo a China) e a União Europeia, além de participarem do APEC. Tais iniciativas unilaterais dos países andinos do litoral pacífico fizeram com que a Venezuela saísse da Comunidade Andina de Nações (CAN) em 2006, levando também a questionamentos por parte da Bolívia e do Equador (Padula, 2013, p.10).

A perspectiva de integrar o bloco com economias mais desenvolvidas por meio de Tratados de Livre Comércio (TLCs) visa também à atração de investimentos e garantir o aumento “da corrente de comércio de bens e serviços, garantindo direitos de propriedade (inclusive propriedade intelectual) e acesso pleno a mercados (inclusive compras governamentais)” (Padula, 2013, p. 9).

Entre os países observadores, estão os EUA, que, na visão de Padula (2013), Fiori (2014) e Pecequillo (2015), propunham acordos bilaterais de livre comércio com os países do bloco como parte de uma estratégia geopolítica que consiste em possibilitar o avanço das ideias liberais na América do Sul e, em última instância, consolidar por meio da Aliança do Pacífico o bloco Parceria Transpacífico (*Trans-Pacific Partnership - TPP*) do qual, entre os países da América do Sul, Chile e Peru já fazem parte. O Tratado Transpacífico foi uma iniciativa de livre comércio capitaneada pelos EUA, durante o governo Obama, que visava abarcar países desenvolvidos e em desenvolvimento na região do Pacífico, excluindo a

China⁹. Contudo, Donald Trump, ao assumir a presidência dos EUA em 2017, retirou o país do TPP.

Mesmo que a maior parte da América do Sul tenha alterado as suas diretrizes externas no sentido de formalizar políticas revisionistas em relação aos EUA e seus ideais neoliberais, buscando maior autonomia, é preciso esclarecer que os níveis de revisionismos não foram homogêneos.

Em 2006, Coutinho assinalava que:

Examinando todos os casos, observa-se a existência de uma variedade expressiva de continuidade e mudança entre os países da região. Em alguns países, como a Argentina, a mudança de fundamentos da política econômica é bastante clara. Em outros, como o Brasil, a dose de continuidade da ortodoxia é maior. Na Bolívia e na Venezuela, a revisão generalizada de políticas adotadas no período neoliberal, como a privatização, é bem nítida. Já na Colômbia persiste a mesma doutrina liberal. Sendo assim, embora sua força seja inegável, a guinada à esquerda e mais nacionalista que atinge a região na virada de século está muito longe de ser uniforme ou representar o fim completo da liberalização econômica no continente (Coutinho, 2006, p. 116).

Mesmo com a participação em mais de uma iniciativa, e com diretrizes ideológicas distintas, os países da América do Sul começaram a contemplar o subcontinente “como algo promissor e a visualizar o âmbito regional como um meio de alcançar seus interesses, sejam eles de natureza econômica, política, social ou militar” (Brigola, 2021, p 146).

OS OBSTÁCULOS E AS DIVERGÊNCIAS IDEOLÓGICAS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA (2000-2016)

De acordo com Desiderá Neto (2011, p. 75) a gama de divergências ideológicas existentes entre os países na América do Sul é “percebida com a detecção da presença de diversos processos de integração simultâneos no continente sul-americano”. O Quadro 1 esboça os diferentes arranjos de integração na América do Sul, com seus respectivos países participantes.

9 O TPP foi uma evolução do Pacific Four (P4), formado no ano de 2005 pelos países: Brunei, Chile, Nova Zelândia e Cingapura. Com a adesão de novos países como a Austrália, os EUA, o Peru e o Vietnã, a organização teve o nome alterado para Trans-Pacific Partnership - TPP. O TPP chegou a ter expressão após 2009, quando o então presidente Obama decidiu participar ativamente das negociações e assumindo o controle das mesmas (Brigola, 2021).

Quadro 1: Participação dos países sul-americanos em arranjos de integração regional.

Blocos	Países											
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Bolívia	Equador	Peru	Colômbia	Chile	Guiana	Suriname
Mercosul	X	X	X	X	X							
CAN						X	X	X	X			
Caricom											X	X
Aliança do Pacífico								X	X	X		
Alba					X	X	X					
Unasul	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
TLC com EUA								X	X	X		

Fonte: Desiderá Neto (2011).

A única organização que conteve todos os países da América do Sul foi a Unasul, que pouco avançou no âmbito comercial. Na visão de Simões (2018), seria justamente esse âmbito o catalisador de uma concentração potencial dos demais blocos de integração no subcontinente americano. Contudo, a região estava fragmentada, segundo Desiderá Neto (2011), em quatro subgrupos distintos, sendo eles: o mercosulista, o bolivariano, o liberal e o caribenho. O subgrupo mercosulista era encabeçado principalmente pelo Brasil e pela Argentina; a Venezuela liderava o bloco bolivariano, embora tenha se tornado membro do Mercosul em 2012; o subgrupo liberal era representado pelos países da CAN e pela recente Aliança do Pacífico; enquanto o caribenho era representado pelo Caricom.

Os subgrupos liberal e bolivariano surgiram de uma divergência ideológica do bloco CAN (Desiderá Neto, 2011). O Chile já deixara o bloco quando este ainda se chamava Pacto Andino, em 1977, devido às políticas de liberalização comercial adotadas durante o regime do general Augusto Pinochet (Bressan & Luciano, 2018), vindo a firmar em 2011 sua adesão à Aliança do Pacífico. A Venezuela, por sua vez, mergulhada em seu ideal bolivariano e anti-imperialista, deixou o bloco em 2006, após o Peru e a Colômbia firmarem os TLCs com os EUA, e assinou, nesse mesmo ano, o protocolo com o Mercosul que lhe garantia naquele período o status de “membro pleno em processo de adesão” (Almeida, 2008), sendo aceita como membro pleno do bloco em 2012.¹⁰

Nesse sentido, o antigo bloco da CAN, estava dividido da seguinte maneira:

[...] Colômbia e Peru, com o acordo bilateral com os Estados Unidos e com adesão à Aliança do Pacífico, perseguem antigos objetivos de abertura comercial e estreitamento dos laços com a potência do norte e maior inserção no mercado Ásia-Pacífico. Seguindo outra direção, os governos da Bolívia e Equador conformaram a ALBA antes mesmo da criação da Aliança do Pacífico, e se alinharam ao protagonismo venezuelano e a seus ideais *bolivarianos* (Bressan & Luciano, 2018, p. 72).

¹⁰ Cabe mencionar que, com as conturbadas crises internas na Venezuela e seu descumprimento dos prazos com o Mercosul em relação aos acordos e normas, o governo de Caracas foi impedido pelos membros fundadores de assumir a presidência do bloco em 2016. Além disso, no ano de 2017, o país chegou a ser afastado do bloco, acusado pelos países membros de descumprir o *Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no Mercosul*, segundo o qual toda ruptura da ordem democrática constitui obstáculo inaceitável para a continuidade do processo de integração (Mercosul, 2017, n.p.).

Sierra (2017) alertou sobre o posicionamento da Venezuela enquanto líder da Alba, em contraponto aos ideais da Unasul. Na visão do autor, a elevada carga ideológica da iniciativa bolivariana resultou em pouco avanço na construção de um cenário de multilateralismo colaborativo com países que não se enquadram em seu viés ideológico, tornando-se um bloco excludente, sobretudo em relação aos EUA.

De modo contrário, a Unasul visava uma política de caráter autônomo e não antagonico. Esse revisionismo antagonico de Caracas chegou a ser criticado até mesmo pelo ex-presidente brasileiro Lula – o mais próximo de Chávez dentre os demais presidentes que o sucederam – pelo fato de que o principal comprador do petróleo da Venezuela eram os próprios EUA (Sierra, 2017).

Veiga e Ríos (2007) alegaram que o então projeto da Unasul interessaria ao governo de Caracas na medida em que ele pudesse, por meio dela, difundir seu modelo político doméstico e externo na América do Sul, aos moldes da Alba. Ainda segundo os autores:

A ALBA é um exemplo eloquente do que resulta da combinação de nacionalismo econômico com extrema politização da agenda da integração. Dificilmente a CSAN (UNASUL) iria nessa mesma direção, dada a diversidade de visões e interesses dos países que participam desse projeto e, nesse caso, a tentativa de instrumentalizar o projeto de integração levaria muito provavelmente ao distanciamento dos países menos identificados com propostas nacionalistas (Veiga & Ríos, 2007, p. 30).

Nessa perspectiva, Santos (2016, p. 244) defende que a Unasul não deve “ser vista como o apogeu de uma convergência política entre governos identificados com a *onda progressista* no subcontinente, mas pode ser interpretada como uma entre diversas iniciativas brasileiras que limitaram o alcance geopolítico da ALBA”. Santos (2016), ao citar Kenneth Ramírez (2015), diretor do Conselho Venezuelano de Relações Internacionais, ainda frisa que, do ponto de vista brasileiro, a Venezuela chavista sempre foi uma “pedra no sapato” da Unasul, pois embora a Unasul almejasse tornar a América do Sul um polo de poder consolidado e autônomo no cenário internacional, a entidade não compactuava com o forte viés ideológico do bolivarianismo de Chávez.

Mesmo com as diferenças pontuais entre o Brasil e a Venezuela, durante os governos de Lula e Chávez, esses países faziam valer na Unasul uma vontade política direcionada aos interesses da América do Sul, vontade que foi se deteriorando após a saída desses governantes (Daza & Vollenweider, 2017).

Uma série de eventos afetou a integração sul-americana que vinha se constituindo: no Brasil, o final da presidência de Lula (2011) e a posterior destituição de Dilma Rousseff, seguida da posse de seu vice, Michel Temer, em 2016, durante uma crise econômica no país; na Venezuela, a morte de Hugo Chávez, em 2013, acompanhada da instabilidade interna no país durante o governo de seu sucessor, Nicolás Maduro; e, na Argentina, a mudança de governos de centro-esquerda para um governo de pauta liberal, com a saída de Cristina Kirchner e a ascensão de Mauricio Macri, em 2015. Esses foram fatores que afetaram diretamente a integração sul-americana, contribuíram para a debilidade institucional da Unasul, e conseqüentemente, fragilizaram o Regionalismo-pós liberal.

Cabe sublinhar que o Brasil perdeu força como líder regional durante a gestão de Dilma Rousseff por causa de diversas crises ocorridas em seu governo e uma vez que sua gestão priorizou as questões internas em detrimento da política externa (Lima, 2018). O primeiro mandato da ex-presidente (2011-2014) foi classificado por Cervo e Lessa (2014 *apud* Lima, 2018, p. 344) como o “declínio do Brasil nas relações internacionais”.

De modo semelhante, Vaz, Fuccile e Rezende defendem que:

O argumento principal para explicar tais mudanças se baseia na análise do papel brasileiro na UNASUL e CDS. Como ex-candidato hegemônico regional, de 2008 a 2013, o Brasil teve um papel fundamental para a criação e os resultados positivos de tais institucionalizações regionais. No entanto, o surgimento da crise econômica e política brasileira em 2014 levaram a uma rápida retração política, induzindo a UNASUL e a CDS com fraquezas institucionais e políticas (Vaz, Fuccile & Rezende, 2017, p. 2, tradução nossa)¹¹.

Ainda, Birle (2018) enfatiza as demais deficiências apresentadas, não apenas pela Unasul, mas também pelas organizações regionais da América Latina em seu conjunto, sendo elas: a baixa autoridade na tomada de decisões e a estreita margem de ação; uma baixa eficiência de regras e normas regionais no que tange ao comportamento dos Estados e governos; alta tolerância ao descumprimento de acordos multilaterais; e o predomínio das diplomacias presidenciais na política externa, deixando pouco espaço para aspirações supranacionais. Sobre esse ponto, Birle (2018) destaca o período em que Lula e Chávez presidiam seus países. O autor frisa que, após o fim dos governos de ambos, ocorreu um vácuo de liderança não apenas na América do Sul, mas na América Latina, o que demonstrou o quão limitado é o escopo da ação das organizações na região.

O bloco Aliança do Pacífico, para alguns autores como Padula (2013) e Simões (2018), também era visto como um possível problema para a integração regional no âmbito econômico, por resgatar o viés liberal e por estreitar laços de abertura comercial com grandes economias. O bloco possui uma estratégia comum para que economias de países subdesenvolvidos de caráter liberal se integrem com economias mais avançadas (Padula, 2013), sendo que atualmente, a bacia do Pacífico se consolidou como epicentro da economia global, justamente por englobar economias de grande dimensão, como os EUA, a Austrália, o Canadá, o Japão e a China (Simões, 2018).

Os países da Aliança do Pacífico representavam 38% do PIB da América Latina e, em conjunto, eram a oitava economia mundial (RFI, 2018). De acordo com os dados fornecidos pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), considerando toda a América Latina, “Chile, México e Colômbia foram, respectivamente, o primeiro, segundo e terceiro maior investidor estrangeiro da região em 2014 (excluindo os centros financeiros do Caribe)” (Herrerros, 2016, n.p.).

11 The key argument to explain such changes rely on the analysis of the Brazilian role towards UNASUR and the SADC. As a former regional hegemonic candidate, from 2008 to 2013, Brazil's role was quintessential for the creation and positive results of such regional institutionalizations. Nevertheless, the emergence of the Brazilian economic and political crises in 2014 led to a quick political retrenchment, inducing UNASUR and the SADC with institutional and political weaknesses (Vaz, Fuccile & Rezende, 2017, p. 2).

Para Simões (2018), a Aliança do Pacífico, além de procurar expandir o livre comércio na América do Sul por meio de uma frente liberal, busca também atenuar a influência dos principais atores regionais, como Brasil, Argentina e Venezuela. Sobre isso, o autor lembra que três países do Mercosul, sendo eles: a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, já são países observadores do bloco voltado ao Oceano Pacífico.

Corrêa (2015), em uma publicação ao jornal espanhol *El País*, discute que, por meio da Aliança do Pacífico, naquele período:

A América do Sul, porém, em lugar de se fortalecer, passou a correr o risco de se fragmentar em grupos diferenciados: um que se agrupa em torno do Pacífico, envolvendo o Chile, o Peru e a Colômbia, juntamente com o México (a Aliança do Pacífico); e outro que continua a girar em torno de um Mercosul crescentemente debilitado, mais a Bolívia e o Equador. Configurou-se, assim, conforme já foi dito, uma nova linha de Tordesilhas no espaço sul-americano.

A bem da verdade, ao analisar o ponto de vista de Corrêa (2015), é possível dizer que, com as diversas organizações regionais fragmentadas que existem na América do Sul e com a Aliança do Pacífico, a tendência seria aumentar ainda mais as divergências de posições ideológicas na região. Ainda sobre o bloco em questão, Fiori (2014, n.p.) afirma que a Aliança do Pacífico teria para os EUA um viés muito mais estratégico. “Uma das preocupações centrais da política externa dos Estados Unidos sempre foi evitar o surgimento de uma América do Sul integrada, com identidade própria, capaz de se contrapor à tradicional política estadunidense de balcanização do subcontinente” (Nery, 2016, p. 61).

Neste sentido, o apoio à Aliança do Pacífico tratava-se basicamente de uma pequena fatia do verdadeiro projeto econômico do ex-presidente Obama para a região do Pacífico. De acordo com o Departamento de Estado dos EUA, o país desfrutava de relações econômicas fortes e produtivas e de um acordo de livre comércio com cada país membro da Aliança do Pacífico. “Nossa participação como observador é uma extensão natural das relações econômicas existentes e de nossos esforços cooperativos sob os membros da Parceria Trans-Pacífico com a Aliança, Chile, Peru e México” (U.S. Department of State, 2013, n.p., tradução nossa)¹².

Após a falha do bloco de livre comércio extenso a toda região, como a ALCA, os Estados Unidos passaram a se utilizar da estratégia de ratificação de acordos bilaterais de livre comércio com países não apenas da América do Sul, mas da América Latina, e dar preferência a blocos com um número seletivo de países (em especial os países andinos). É importante destacar que esta aproximação com os países andinos, vai muito além do comércio e da estratégia de fragmentar da América do Sul, pois visa também conter o avanço da influência chinesa nos países do Pacífico por meio da ratificação do TPP.

De fato, a fragmentação em diferentes projetos de integração na América do Sul, abre espaço geopolítico para a projeção e hegemonia dos EUA na região (Padula, 2013; Nery, 2016). Porém, Zibechi (2013) alega que a questão é muito mais complexa do que

12 Our participation as an observer is a natural extension of those existing economic relationships and our cooperative efforts under the Trans-Pacific Partnership with Alliance members Chile, Peru, and Mexico (U.S. Department of State, 2013, n.p.).

observar os reveses da integração regional apenas pela ótica da política de balcanização de Washington para o subcontinente.

Para Veiga e Ríos (2007, p. 28), “a ampliação da agenda indo mais além dos limites da temática econômica – coloca desafios não triviais para o regionalismo pós-liberal”. E ainda, vários outros pontos devem ser levados em consideração ao se analisar esse tema tão delicado, como: os diversos projetos de integração que, muitas vezes, passam a esbarrar no objetivo de outro bloco; a heterogeneidade econômica entre os países da região; o compromisso dos países com os acordos firmados; questões burocráticas; as diferentes posturas assumidas pelos países em relação a potências extrarregionais, sobretudo os EUA; os objetivos propostos pelos blocos regionais e as capacidades dos países em colocá-las em prática.

Embora a Unasul tenha sido criada para aprofundar a integração sul-americana em diversos aspectos para além do econômico, ainda existiam diversos pontos a serem superados para que a integração regional tivesse uma efetividade maior, sobretudo com a perda de interesse pela instituição após as mudanças de governos que ocorreram nos países da América do Sul, entre os anos de 2011 e 2016, tendo início com o fim do governo Lula, no Brasil.

Na área econômica, ainda há divergências de pensamento sobre qual modelo de integração é o mais viável, visualizado a partir dos diferentes blocos econômicos regionais. Lima (2018), semelhante a Desiderá Neto (2011), divide os blocos regionais da América do Sul em três modelos. O primeiro, no qual se encaixa a Aliança do Pacífico, seria um modelo chamado por ele como *trade-driven*, caracterizado pela ênfase no comércio e nos investimentos (Lima, 2018). O segundo é classificado pelo autor como um modelo híbrido, chamado de *state-driven*, “que combina cooperação comercial com maior intervenção econômica do Estado, além de metas que se estendem para além do comércio” (Lima, 2018, p. 344, tradução nossa)¹³, a Unasul se enquadrava neste modelo, segundo o autor. O terceiro modelo tem como característica enfatizar “os laços sociais e políticos entre os Estados membros, envolve considerável intervenção econômica do Estado e é impulsionado por ideias socialistas, anti-imperialistas ou anti-hegemônicas” (Lima, 2018, p. 345, tradução nossa)¹⁴, como no caso da Alba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América do Sul, mesmo com a emergência da Onda Rosa, apresentou clivagens ideológicas no tocante às formalizações das iniciativas de integração regional. A Unasul era a única iniciativa que abrangia todos os países da América do Sul, com exceção da Guiana Francesa, contudo, a Unasul acabou por se enfraquecer gradativamente após o

13 [...] which combines commercial cooperation with greater state economic intervention, as well as goals stretching beyond trade (Lima, 2018, p. 344).

14 [...] social and political bonds among member states, involves considerable state economic intervention, and is driven by socialist, anti-imperialist, or anti-hegemonic ideas (Lima, 2018, p. 345).

fim do governo Lula, no Brasil, e do governo de Hugo Chávez, na Venezuela. Ambos, mesmo com suas diferenças pontuais, eram aqueles que creditavam à Unasul um modelo de integração para projetar a América do Sul no cenário internacional. Os governantes que substituíram Lula e Chávez, respectivamente Dilma e Maduro, tiveram em seus governos diretrizes mais embasadas em assuntos domésticos ao invés de assuntos regionais, por conta de problemas internos.

Em comum, a Alba e a Unasul eram iniciativas que visavam uma maior independência da América do Sul, se desvinculando da subserviência às grandes potências extrarregionais, em especial dos EUA. Sobre esta questão, a Unasul se enquadrava em uma vertente que objetivava maior autonomia, mas não um antagonismo, como no caso da Alba.

Com a criação da Aliança do Pacífico, que remete ao regionalismo liberal, as clivagens ideológicas na América do Sul foram acentuadas, sendo que esta iniciativa possui diretrizes opostas aquelas idealizadas pelos governos que assumiram o poder na América do Sul no período conhecido como Onda Rosa.

Esta grande variedade de iniciativas de integração regional na América do Sul se apresentou como uma das principais dificuldades no Regionalismo pós-liberal sul-americano, pois cada iniciativa possui sua própria agenda compartilhada por seus países membros, e que muitas vezes não compactuam com as agendas das demais iniciativas, o que evidentemente se torna um obstáculo quando se objetiva formalizar uma proposta de integração que englobe todos os países. E ainda, as divergências ideológicas e econômicas entre os países acabam por se tornar um entrave para honrar os acordos firmados.

Neste sentido, o Regionalismo pós-liberal que emergiu na América do Sul teve seu apogeu durante as gestões de Lula e Chávez, principais idealizadores da Unasul e os principais expoentes da proposta de uma América do Sul com maior projeção de poder e autonomia no cenário internacional. Contudo, com a debilidade da instituição e a ascensão de governos neoliberais em países da região, como Temer e posteriormente Bolsonaro, no Brasil, e Macri na Argentina, o Regionalismo pós-liberal sul-americano encontrou o seu declínio.

REFERÊNCIAS

Alternativa Bolivariana para as Américas (2004, dez. 14). I Cumbre: Declaración Conjunta Venezuela-Cuba. *Portal ALBA*. Recuperado de <https://portalalba.org/documentos-alba/declaracion-conjunta-venezuela-cuba/>.

Alianza del Pacífico (2012). *Acuerdo marco de la Alianza del Pacífico*. Recuperado de http://www.sice.oas.org/Trade/PAC_ALL/Framework_Agreement_Pacific_Alliance_s.pdf.

Almeida, P.R. (2008). Evolução histórica do regionalismo econômico e político da América do Sul: um balanço das experiências realizadas. *Cena Internacional*,10(2):72-97.

Birle, P. (2018). Cooperación e integración regional en América Latina: entre la globalización y la regionalización. In A. Serbin (ed.). *América Latina y el Caribe frente a un Nuevo Orden Mundial: poder, globalización y respuestas regionales*. (Colección Pensamiento Propio). Buenos Aires: Icaria Editorial/Ediciones CRIES.

- Bressan, R.N., & Luciano, B.T. (2018). A comunidade andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico. *Revista de Sociologia e Política*, 26(65):62-80.
- Briceño-Ruiz, J. (2010). O Mercosul na política de integração de Venezuela. *Civitas*, 10(10):77-96.
- Brigola, H.F. (2021). *Geopolítica das relações entre EUA e América do Sul*. Boa Vista: Iole.
- Corrêa, L.F.S. (2015, maio 12) Integração regional: realidade possível. *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/11/opinion/1431355780_775441.html.
- Coutinho, M. (2006). Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. *Revista de Sociologia e Política*, 27:107-123.
- Daza, A.G., & Vollenweider, C. (2017, jun. 20) ¿Había una vez UNASUR? *CELAG*. Recuperado de <https://www.celag.org/habia-una-vez-unasur/>.
- Desiderá Neto, W.A. (2011). Integração Sul-Americana: oportunidades e desafios para uma maior participação do continente na governança global. In A.R. Viana, P.S. Barros, & A.B. Calixtre. *Governança global e a integração da América do Sul*. Brasília: IPEA.
- Fiori, J.L. (2014, ago. 19). Brasil e o desafio do Pacífico. *Observatório das Metrópoles*: Instituto Nacional de Ciência de Tecnologia. Recuperado de <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/brasil-e-o-desafio-do-pacifico-jose-luiz-fiori/>.
- Fuser, I. (2018) América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. *Saúde Debate*, 42: 78-89.
- Gazzola, A.E.T. (2018 jun. 4) O declínio da “onda rosa” e os rumos da América Latina. *Observatório de Regionalismo (ODR)*. Recuperado de <http://observatorio.repri.org/2018/06/04/o-declinio-da-onda-rosa-e-os-rumos-da-america-latina/>.
- Gudynas, E. (2012). O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In P. Lena, & E.P. Nascimento (org.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond & IRD.
- Herreros, S. (2016, set. 15). A Aliança do Pacífico: uma ponte entre América Latina e Ásia? *Internacional Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD)*. Recuperado de <https://ictsd.iisd.org/bridges-news/pontes/news/a-alian%C3%A7a-do-pac%C3%ADfico-uma-ponte-entre-am%C3%A9rica-latina-e-%C3%A1sia>.
- Lima, J. S. (2018) Latin America's decentred economic regionalism: from the FTAA to the Pacific Alliance. *Contexto Internacional*, 40(2): 339-359.
- Lima, M.R.S., & Coutinho, M.V. (2005) Globalização, Regionalização e América do Sul. *Observatório Político Sul-Americano*, Análise de Conjuntura OPSA, 6. Recuperado de <https://docplayer.com.br/11731027-Globalizacao-regionalizacao-e-america-do-sul.html#>.
- Luigi, R.A. (2017) *A integração regional na América do Sul: a efetividade da União das Nações Sul-Americanas (Unasul)*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, São Paulo, Brasil.
- MERCOSUL (2017, ago. 05). Decisão sobre a suspensão da Venezuela no MERCOSUL. Recuperado de <https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercosul/>.
- Muñoz. A. S. (2012). El nuevo mapa político y económico de América Latina: Alianza Pacífico versus UNASUR. *Estudios Geográficos*, 73(273): 703-719.
- Nery. T. (2016). UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. *Caderno CRH*, 29 (SPE 03): 59-75.
- Ortiz Morales, C. (2017). La Alianza del Pacífico como actor regional: factores de éxito para la cohesión regional hacia la proyección internacional. *Desafíos*, 29(1): 49-77.
- Padula, R. (2013, jul.). A Aliança do Pacífico, o Brasil e o poder global na integração regional da América do Sul. *Anais Eletrônicos do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*. Belo Horizonte,

- Minas Gerais Brasil, 4. Recuperado de http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=872.
- Pecequillo, C. S. (2013) A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. *Carta Internacional*, 8(2): 100-115.
- Pecequillo, C.S. (2015, fev. 27). Obama e o comércio internacional: com ou sem TPA? *International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD)*. Recuperado de <https://ictsd.iisd.org/bridges-news/pontes/news/obama-e-o-com%C3%A9rcio-internacional-com-ou-sem-tpa>.
- Pedroso, C.S. (2014). *Os projetos políticos de Brasil e Venezuela para a América do Sul do século XXI: a Unasul e a Alba em uma perspectiva comparada*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- RFI. (2018, julho 23). Aliança do Pacífico: México, Chile, Colômbia e Peru discutem protecionismo. Recuperado de <https://www.rfi.fr/br/americas/20180723-alianca-do-pacifico-mexico-chile-colombia-e-peru-discutem-protecionismo>.
- Santos, F.L.B. (2016) UNASUL à luz de um contraste: as relações com Venezuela e Colômbia. *Austral. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 5(10): 240-263.
- Schenegoski, A.M., & Albuquerque, E.S. (2014). A geopolítica da política externa bolivariana. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 18(1): 71-82.
- Sierra, J.R. (2017). La unión de acciones Suramericanas y la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América: ¿otra década perdida? *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, 12(2): 111-131.
- Simões. A.J.F. (2011). *Integração: sonho e realidade na América do Sul*. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Simões. T.H.N. (2018). A Aliança do Pacífico e o tabuleiro geopolítico sul-americano. *Confins*, 35. <https://doi.org/10.4000/confins.12994>
- Teixeira, R.A., & Desiderá Neto, W.A. (2012). La recuperación del desarrollismo en el regionalismo latinoamericano. In W.A. Desiderá Neto, & R.A. Teixeira (Orgs.). *Perspectivas para la integración de América Latina*. Brasília: Ipea/ CAF.
- UNASUR. (2008). *Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR*. Recuperado de <https://studylib.es/doc/4445610/estatuto-consejo-de-defensa-suramericano>.
- U.S. Department of State. (2013, jul. 19) The United States participation as an observer to the Pacific Alliance. Recuperado de <https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2013/07/212205.htm>.
- Vaz, A.C., Fuccille, A., & Rezende, L.P. (2017). UNASUR, Brazil, and the South American defense cooperation: a decade later. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 60(2):1-21.
- Veiga, P.M., & Ríos, S.P. (2007). *O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas*. Serie Comercio Internacional – División de Comercio Internacional e Integración. Santiago de Chile: CEPAL.
- Vitte. C.C.S. (2006). Integração, soberania e território na América do Sul: um estudo da IIRSA (Iniciativa de integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana). *Terra Livre*, 2(27):31-48.
- Zibechi, R. (2013, jul. 11). El problema no está en la Alianza del Pacífico. *Observatorio de Multinacionales en América Latina (OMAL)*. Recuperado de <https://omal.info/spip.php?article5512>.

Recebido em 02/out./2021

Aceito em 17/jan./2022

Publicado em 31/mar./2022